



**ACÓRDÃO Nº 275/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10929/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Consórcio Público de Saúde do Alto Solimões - Alto Solimões Saúde e Vida – ASAVIDA.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Nonato do Nascimento Tenazor - Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5982/2016-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 356/359).
- 8- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Consórcio Público de Saúde do Alto Solimões - Alto Solimões Saúde e Vida - ASAVIDA. Exercício de 2014.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Recomendação.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do Sr. Nonato do Nascimento Tenazor, responsável pelo Consórcio de Saúde entre Entes Públicos do Alto Solimões - ASAVIDA, no curso do exercício de 2014;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Nonato do Nascimento Tenazor, no valor de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, pelas improbidades apontadas nas Restrições de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 16, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29 e 30, expostas no corpo do voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.
- 9.3. **Considerar em Alcance** o Sr. Nonato do Nascimento Tenazor, no valor de R\$ 137.600,00 (cento e trinta e sete mil e seiscentos reais), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, no prazo de 30 (trinta) dias, em razão da



**ACÓRDÃO Nº275/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

impropriedade apontada na Restrição de nº 6.

**9.4. Determinar** ao Consórcio Público de Saúde do Alto Solimões - Alto Solimões Saúde e Vida - ASAVIDA que:

- 9.4.1.** constitua Conselho Fiscal, para exercício das atribuições previstas no Capítulo IV do Estatuto do Consórcio;
- 9.4.2.** mantenha toda a documentação referente ao Consórcio arquivada na sede da entidade;
- 9.4.3.** observe a determinação do art. 39 da CRFB, com a adoção de regime jurídico único;
- 9.4.4.** especifique em lei as atribuições de cada cargo antes de realizar as investiduras;
- 9.4.5.** tome as providências necessárias à criação do site do Consórcio, para publicação dos documentos, para cumprimento, inclusive, das determinações da Cláusula Trigesima Nona do Protocolo de Intenções;
- 9.4.6.** corrija a divergência entre a cláusula e anexo único, ressaltando que os cargos em comissão e funções de confiança destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, conforme inciso V do art. 37, da CRFB/88;
- 9.4.7.** rearticule as atribuições da Secretária Executiva, de modo a respeitar o princípio da segregação das funções.

**9.5. Recomendar** ao Consórcio Público de Saúde do Alto Solimões - Alto Solimões Saúde e Vida - ASAVIDA que:

- 9.5.1.** informe, nas futuras prestações, o motivo da ausência dos documentos elencados no art. 2º da Res. 05/90-TCE/AM;
- 9.5.2.** exija a multa em razão do atraso, nos termos do item 11.1 da Cláusula XI do Contrato de Rateio de Recurso nº 001/2014;
- 9.5.3.** para que utilize a CPL do Governo do Estado do Amazonas nas futuras licitações do Consórcio, em razão de sua maior capacidade para gerenciar os processos,



**ACÓRDÃO Nº275/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

inclusive com a possibilidade de realizar pregão na modalidade eletrônica.

**9.6. Recomendar** à Comissão de Inspeção - Dicami do exercício vindouro, para que verifique se ainda persistem as irregularidades dos itens de nºs 7, 8, 9, 10, 16, 17, 19, 23, 24, 25, 29, 30, 31.

**9.7. Recomendar** à Comissão de Inspeção - Dicad/AM responsável pela análise das contas da SUSAM do exercício vindouro, que verifique o cumprimento das obrigações assumidas pelo Governo do Estado, conforme Restrição de nº 20.

**10- Ata:** 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 4 de Abril de 2017.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**

Conselheiro-Presidente

**ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral